

A (RE) INVENÇÃO DA MULHER POLÍTICA SUBMISSA: GÊNERO E SUBALTERNIZAÇÃO FEMININA NA ERA BOLSONARO

Fabiana Aparecida de Carvalho¹

Cássia Cristina Furlan²

Resumo: O ensaio problematiza as mulheres no bolsonarismo. Critica o papel e as discursividades das Ministras de Estado (Tereza Cristina e Damares Alves) na dupla função político-econômica e ideológica reprodutora de linhas abissais e colonialidades do poder, ser e gênero responsáveis por recrudescer as estruturas conservadoras da sociedade brasileira e as subjunções ao mercado econômico. Valendo-se do referencial pluriépistêmico feminista, discute os obstáculos à participação feminina na política e evidencia que mulheres álibis, performando políticas masculinistas, não representam as pautas e lutas por direitos e justiça social no país.

Palavras-chave: Mulheres álibi, direitos sociais e reprodutivos, colonialidade, capitalismo.

Abstract: The essay questions the political performance of women in the Bolsonaro government and criticizes the role and discourse of the Ministers of State (Tereza Cristina and Damares Alves) in the double political-economic and ideological function which reproduces abyssal lines and colonialities of power, being and gender. This whole situation is responsible for intensifying the conservative structures of Brazilian society and the subjunctions to the economic market. Using the feminist multi-epistemic framework, it discusses the obstacles to female participation in politics and it shows that women who are alibi and perform masculinist policies do not represent the guidelines and struggles for rights and social justice in the country.

Keywords: Woman as an Alibi, social and reproductive rights, coloniality, capitalism.

¹ Professora Adjunta no Departamento de Biologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Licenciada em Ciências Biológicas (UNESP), Mestra em Educação (UNICAMP), Doutora em Educação para a Ciência e Matemática (UEM). Linhas de Pesquisa: Gênero – Corpo – Sexualidade – Diferença; Epistemologias Feministas; Estudos Culturais da Ciência e da Biologia, Formação Docente. E-mail: facarvalho@uem.br.

² Professora Adjunta no Departamento de Educação Física da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Licenciada em Educação Física (UEM), Mestra e Doutora em Educação (UEM). Linhas de Pesquisa: Gênero – Corpo – Sexualidade – Interseccionalidades, Educação Física e Cultura(s), Prática Pedagógica e Formação Docente. E-mail: cassiacfurlan@gmail.com.

INTRODUÇÃO

As recentes políticas governistas têm imposto barreiras à participação efetiva de mulheres nos espaços de poder e decisão, não apenas ao se constatarem as exclusões históricas na acessibilidade política no Brasil, mas também pela produção do privilégio masculinista (a supremacia de políticos homens no poder), pela ausência de posturas emancipatórias e pela produção de violações e processos de subalternização socialmente generificados. Essas são barreiras condicionadas à reprodução de um pensamento abissal (SANTOS, 2007) alinhavado às colonialidades empreendidas pelo poder (QUIJANO, 2010).

Em linhas gerais, o pensamento abissal se constitui num conhecimento que, de forma arbitrária, violenta e excludente, cria fronteiras que nos distanciam e nos separam científica, histórica e culturalmente de outros tipos de conhecimentos, saberes e experiências humanas (SANTOS, 2007; SILVA, 2017), produzindo efeitos de reiteração dos discursos de poder responsáveis pela manutenção do *status quo*, das desigualdades extremas e de processos de desqualificação e marginalização de suas opositoras³. Tais características estão sendo recrudescidas na gestão do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022).

No contexto desse período vivido atualmente no país, ressaltamos que não fazemos uma generalização acerca da representatividade feminina, minimizando a história de acessos e lutas encabeçadas por mulheres brasileiras (negras, brancas, transgêneras, indígenas, entre outras) para suas chegadas ao poder público. Muitas de nós, inclusive, são silenciadas, como é o caso de Marielle Franco, a representante das comunidades periféricas da cidade do Rio de Janeiro assassinada em 2018, que endossava a importância da ocupação política por mulheres na redução das desigualdades sofridas pelos corpos minoritários vítimas da necropolítica (a morte como governo), entre os quais: os corpos das favelas, o corpo negro, os corpos de mulheres, as populações LGBT. Antes, apresentamos uma crítica às linhas abissais sociais e epistemológicas na sociedade brasileira, especialmente quando mulheres são mobilizadas como álibis.

Uma mulher álibi é aquela que,

por diferentes circunstâncias, se insere em áreas profissionais ou políticas tradicionalmente reservadas aos homens, e que, ao analisar uma situação inusitada, atribui o seu sucesso à ajuda e à cooperação recebida desses, passando ambos a defender que as mulheres que não alcançam os mesmos

³ A alusão às pessoas no feminino é uma escolha política.

níveis de sucesso não o fazem por causa de si próprias (se sentem confortáveis, são incapazes, não têm vontade etc.), não porque os homens colocam obstáculos em seu caminho (SAU, 1981, p. 215, tradução nossa).

A figura da álibi acionada por homens do governo – signos de controvérsias patriarcais e também colonialistas-capitalistas, funciona como uma desculpa para o sexismo e outras violações se disfarçarem na sociedade e colonizarem a população.

Na conjuntura do bolsonarismo, as mulheres álibis elaboram práticas de desigualdade em discursos específicos, territórios e políticas sexo-gendradas dispostas nas configurações governamentais, econômicas e ideológicas gestadas pela extrema direita. São toleradas, mimadas quando do interesse e usadas como blindagem para que não sejam percebidos os obstáculos impostos à projeção feminina aos lugares de poder e privilégio. Endossadas nas políticas de governo – sem serem acusadas de paternalismo, embora o façam –, elas são justificativas perfeitas para a manutenção das discriminações, para desviar outras mulheres das lutas sociais, para apregoar a meritocracia, para se omitirem as responsabilidades por direitos e pautas públicas e para se manterem performances de gênero determinísticas.

Bolsonaro, por sua vez, firmou-se como herói antiesquerda chamando a atenção da mídia e da opinião pública para si, estrategicamente, com posturas patéticas, deboches, populismos, discursos misóginos e LGBTfóbicos, esses últimos perceptíveis nas afrontas e violências direcionadas, por exemplo: a) à ex-presidenta Dilma Rousseff (quando do endosso do coronel Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI, responsável por repressões e torturas psicológicas e físicas durante a Ditadura Civil Militar, na justificativa do voto de Bolsonaro para o *Impeachment*); b) à deputada Maria do Rosário (recorrendo à cultura do estupro e a sexismos para ameaçá-la sumariamente); e, c) ao deputado militante gay Jeans Wyllys (em ataques verbais violentos e castradores da liberdade afetivo-sexual) (MACHADO-PINHEIRO, 2019). Ainda em campanha, Bolsonaro aliou-se a instituições de perfil conservador e extremista, como facções religiosas e *think tanks* formadoras de opinião pública, entre as quais, os movimentos cristãos ‘Pró-Vida’ e ‘Pró-Família’ – acirrados defensores da extinção dos direitos sexuais e da criminalização do aborto; e o Movimento Escola sem Partido – uma frente de direita que visa à interferência parental nas escolas, à censura aos conteúdos, à imposição de pautas morais e ideológicas ancoradas em discursos anticorrupção e antigênero alinhados a pautas religiosas e econômicas.

Atualmente, o bolsonarismo congrega ações e metas de Estado mínimo amparadas pelo neoliberalismo e pela recusa em discutir as feridas coloniais e as desigualdades estruturais e estruturantes do Brasil.

Na conformação do papel das ‘cidadãs de bem’ e da recuperação moral do país, a atenção e o apoio de mulheres são disputados como um projeto de retorno à tradição, que se baseia primeiramente num decalque da economia ancorada pelo papel central e provedor dos homens – como pais e políticos –, mas também no restabelecimento da mulher ideal, do lar, submissa, religiosa e, preferencialmente, não envolvida com questões contundentes, mas, se acaso o for, que a álibi seja uma figura cativante e favorável às atuais agendas econômicas, sucumba às discursividades falocêntricas e de ódio e, sobretudo, posicione-se como antifeminista.

Assim, para o bolsonarismo, as experiências femininas são universalizáveis como verdades absolutas, ahistóricas e como vivências únicas, tratando as mulheres sempre como

iguais, brancas, magras, casadas e viajadas. Não é de se estranhar que mulheres apoiem Bolsonaro: isso se insere dentro de um modelo-padrão no qual a ameaça ao feminino e à mulher é um fato histórico que deriva, de um lado, de uma projeção distorcida e colonizada da beleza da mulher e, de outro, do conservadorismo patriarcal e religioso que controla os corpos e os desejos femininos. Como tudo que é dominante, muitas vezes, são as próprias mulheres que exercem o biopoder regulador de si próprias (MACHADO-PINHEIRO, 2019, p. 156).

Esse biopoder, a nosso ver, opera tanto como uma anátomo-política para os corpos femininos, configurando-os em suas forças (re)produtivas, como uma estratégia política para a organização populacional, para a distribuição dos trabalhos e para a generificação da política, regulando-nos em torno de papéis sociais e performatividades de gênero que nos são cobrados socialmente: a maternidade, a passividade, o cuidado, o afeto, a ordem procriativa, a subordinação, a invisibilidade na vida social, econômica, cultural e política.

Apresentamos neste ensaio uma crítica às figurações de feminilidades e aos processos de categorização da mulher, à subalternização feminina e à submissão à diferença sexual empreendidas pelos projetos neocoloniais e cisheteropatriarcais adensados no bolsonarismo. Como pivôs no cenário político atual, mulheres ligadas ao Governo Bolsonaro comportam uma dupla função: a) a político-econômica, sendo porta-vozes dos avanços neoliberais anunciados nos enxugamentos das políticas públicas e de investimentos em áreas prioritárias, entre as quais, as de direitos sociais e civis; e, b) a ideológica, responsável por reificar o retorno da feminilidade do recato, da beleza, da

submissão à pastoral da família, à reprodução e ao cuidado, tanto em práticas cotidianas quanto em exercícios políticos.

Para perfazer a crítica, balizamos nossas análises pela apropriação analítica da categoria gênero (SCOTT, 1995) e do referencial pluriepistêmico feminista e decolonial, a fim de discutir as mulheres políticas na era Bolsonaro. Dito de outra maneira, essa perspectiva, que extravasa a visão de gênero como o antagônico cultural do sexo biológico e como o emblema da igualdade entre mulheres e homens, coloca em evidência os entraves ocasionados pelos processos sociais estruturantes das desigualdades e das violências generificadas ao questionar, entre outras questões, a categoria mulher intersectada com outras categorias sociais, e criticar, em particular, os modos de universalização e padronização das mulheres e suas performances sociais, o enviezamento das construções de feminilidades, o apagamento de posições étnicas, de cor, de classe, de trabalho e lugar, a imposição de estatutos de verdades que privilegiam, nas relações de poder, algumas mulheres em detrimento de outras e os processos de silenciamento e de exclusão das vivências femininas diferenciadas.

Discutida neste texto, a dupla função da mulher bolsonarista, considerando as relações de poder, funciona taticamente para alavancar as negociações do governo com grandes corporações empresariais e no cenário do mercado econômico internacional, com destaque para a atuação da Ministra da Agricultura Tereza Cristina; como também para manipular a atenção pública, confundindo a população com o desmanche de políticas públicas e com a potencialização das injustiças sociais na diferenciação sexual, no trabalho reprodutivo e nas pautas morais, como constela a pastora Damares Alves, Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos. Tais ministras são alçadas à posição de ‘verdadeiras mulheres’ – bem-sucedidas como figuras públicas, porém dóceis, subservientes e desobrigadas da defesa das lutas feministas e dos direitos das mulheres, conforme destacado na primeira seção do texto.

Na segunda seção, em consonância com as discussões apresentadas, buscamos elucidar elementos para pensar os regimes de precarização da participação de algumas mulheres na política brasileira, baseando-nos em dados disponíveis em diferentes mídias digitais e evidenciando hipóteses que problematizam os sentidos produzidos pelo bolsonarismo.

Em nossas considerações, apresentamos alguns apontamentos para engajar críticas às mulheres álibis sob o enfoque das vertentes feministas e decoloniais, apontando

que se faz necessário pensar tais mulheres como projeções dos regimes de opressão e como mulheres que não se importam com causas de mulheres em situação social desfavorável.

TEREZA CRISTINA E DAMARES ALVES: ALÍBIS DO SISTEMA

Em relação à conjuntura do país desde as eleições de 2018, compreendemos o bolsonarismo como um fenômeno recente, originário em movimentações que promoveram o então deputado Jair Messias Bolsonaro a Presidente da República, a saber: sua projeção midiática, o apelo a uma discursividade salvacionista, paternalista e messiânica adensada numa caricatura de “mito”, os protestos e manifestações antiesquerda responsáveis pela construção do ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT), a deposição da presidenta Dilma Rousseff ainda em 2016, as coalisões com bancadas fisiologistas, religiosas, do agronegócio e pró armamento da população, as posturas ideológicas e morais canalizadas desde a campanha e, obviamente, a própria votação que o alçou a chefe de Estado.

Tais movimentações foram consteladoras de fundamentos e ideologias de extrema direita e de avanços do capital tardio em sua dobra ultraliberal (INOCÊNCIO; GALETTI, 2020), que é eficaz em ‘uberizar’ as ocupações e explorar baixos salários e, no contexto generificado, por feminizar mundialmente empregos subqualificados na economia formal e informal (VERGÈS, 2020). Somados a esses fatores, tem-se ainda a emergência de projetos de governo, cujas posições elegem inimigas do Estado a serem combatidas com o enxugamento das políticas públicas, com táticas persecutórias, discursos moralizadores, autoritarismos e invisibilidades.

O peso simbólico arraigado nos discursos da diferença e dos lugares naturalmente apropriados para a condição feminina constitui impacto significativo ao acesso de mulheres às esferas políticas no Brasil. Essa premissa fica ainda mais evidente e generificada quando observamos as contradições que se avolumam nas representações femininas alinhavadas ao Governo Bolsonaro.

Outrossim, Tereza Cristina e Damares Alves, as únicas mulheres a ocupar ministérios na esplanada de 2019 a 2022⁴, representam bem as figuras alicerçadas na

⁴ Tereza Cristina e Damares Alves deixaram seus cargos para concorrer às eleições de 2022 como deputadas federais. As Ministras foram substituídas, respectivamente, por Marcos Pontes (produtor rural eleito

submissão da mulher à moral e aos bons costumes, coadunando-se com a defesa fiel do mercado e a destruição dos direitos – pontos essenciais à manutenção de linhas abissais (SANTOS, 2007) e da colonização do imaginário e das vontades da população em relação às mulheres. Elas produzem limitações políticas na valorização da vida e da cidadania, principalmente em relação às consideradas mazelas da sociedade.

Numa aliança neoliberal e neoconservadora, a era Bolsonaro flerta com características nitidamente fascistas: apego às convenções e tradições, nacionalismos e patriotismos exacerbados, perseguição às diferenças, revisionismo, negacionismo e cinismo para com fatos históricos e sociais, apego a um passado heroico ou mitológico, supremacia branca ou de grupos privilegiados, preocupações exageradas em relação à sexualidade, controle dos corpos e do desejo, controle discursivo, militarização das instituições públicas e escolas, submissão de mulheres, sendo essas, sinteticamente, algumas das características nefastas.

As relações que as ideologias da chamada extrema direita estabelecem entre sexo, gênero, perseguição às diferenças e implantação de políticas morais para cercear os feminismos e pautas sociais não são uma novidade na história (RUBIN, 2017) e possuem efeitos bem devastadores. As extremas direitas ou direitas totalitárias associaram cada um desses temas a comportamentos não autorizados que, supostamente, contribuiriam para o declínio econômico do Estado. O desafio, portanto, é entender as particularidades que discursos arraigados nessas perspectivas ganham em países como o Brasil (VASQUEZ, 2019) – de formação social periférica e dependente economicamente de países do norte global, carregando, ainda, profundas marcas de um passado colonial, patriarcal e racista.

Com essa atenção, é preciso pensar nas diferentes posições de sujeitos e práticas discursivas assumidas pelas mulheres analisadas no recorte aqui apresentado. Mulheres como Tereza e Damares comportam a dupla função político-econômica e ideológica, assujeitam-se às estruturas de poder e reproduzem a própria condição de existência alicerçadas nessa sujeição. Para evidenciar o papel das ministras, compreendemos, como Judith Butler (2017, p. 10), que “[...] a sujeição consiste precisamente nessa dependência fundamental de um discurso que nunca escolhemos, mas que, paradoxalmente, inicia e sustenta nossa ação”. Nesse contexto, esses discursos formam tanto o sujeito possível

deputado federal, em 2018, pelo PSD) e por Cristiane Britto (ex-secretária nacional de Políticas para as Mulheres). Não é objeto de discussão do presente texto a desincompatibilização de Tereza Cristina e Damares e a posse de novas representantes. Em tempo: embora o artigo tenha sido escrito antes da apuração do escrutínio de 2022, endossamos a problematização do bolsonarismo como um dispositivo antigênero que seguirá arraigado à política institucional brasileira e a segmentos sociais extremistas.

como o próprio agir do sujeito. Sendo assim, essas duas figuras – álibis e coringas – na política bolsonarista, reproduzem, no exercício de poder, estruturas fortemente conservadoras e constituidoras de suas subjetivações como mulheres e políticas.

A paranaense Damares Alves é advogada, assessora jurídica, professora e Mestre em Educação, Direito Constitucional e Direito Familiar (mestrado não validado por universidades, mas titulados na Bíblia⁵); é também pastora evangélica e diretora de organizações da sociedade civil defensoras de direitos das crianças e direitos à vida – nessa atribuição fundou os seguintes movimentos e neles atuou, a saber: Movimento Brasil Sem Aborto, entidade evangélica influente na defesa dos nascituros no Brasil e contrária ao aborto legal; Instituto Flores de Aço que milita em defesa das famílias; Projeto Adota Brasil que intermedeia adoções de crianças abandonadas; Movimento Nacional Antidrogas que atua contrário à liberação do consumo de drogas no país; e ATINI Internacional responsável pela defesa de grupos ameríndios⁶. Damares ascendeu ao poder trabalhando com parlamentares componentes da bancada evangélica no Congresso, em destaque, a assessoria ao pastor e senador Magno Malta, durante as legislaturas de 2003 a 2019, e a liderança da Frente Parlamentar de Combate às Drogas e da Frente Mista da Família e de Apoio à Vida. É defensora de discursos antifeministas, de pautas morais e religiosas, chegando a declarar que estava na hora da igreja dizer a que veio, hora de a igreja governar⁷.

Em janeiro de 2019, após o processo eleitoral que elegeu Jair Bolsonaro, foi nomeada Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, declarando-se contrária a uma ‘ideologia de gênero’ e posicionando o ministério como baluarte da nova era na qual a educação sexual das crianças reintegraria, no papel da família, duas identidades de gênero exclusivas e bem distintas em convenções sociais, sintetizadas na famosa frase: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa⁸”. Dentre os muitos posicionamentos da ministra contra o gênero, há a afirmação de que: “essa ideologia é do cão e vem para desconstruir tudo o que está posto e não apresenta nada no lugar⁹”, uma posição fortemente alinhada às declarações de igrejas cristãs (certas facções católicas e evangélicas) diante das agendas internacionais da ONU sobre a promoção de igualdade e equidade dos gêneros, a exortação à participação de mulheres em práticas políticas, tomadas de decisão locais e

⁵ Consultar: < <https://bit.ly/3cdFvLf> >.

⁶ Mais informações, acessar: < <https://bit.ly/3eiZjQ2> > e < <https://bit.ly/2ObSsxk> >.

⁷ Consultar: < <https://bit.ly/3ejkdP6> > e < <https://bityli.com/JhShV> >.

⁸ Mais sobre a “ideologia de gênero”: < <https://glo.bo/30qWm85> >.

⁹ Consultar: < <https://bit.ly/3rFaZQU> >.

globais, na promoção da paz e da justiça social, e sobre a garantia dos direitos reprodutivos e sexuais para mulheres e pessoas LGBT.

Tal declaração sobre o gênero como um canal ideológico reitera a manutenção de discursos, práticas e atitudes congregadas pelas colonialidades do poder (domínio político), do saber (domínio do conhecimento, das epistemes e de suas capturas), do ser (domínio da vida, racialização, inferiorização e precarização das pessoas e suas práticas subjetivas), do gênero (domínio sobre os corpos, as sexualidades, os desejos e performances sexo-gendradas) (QUIJANO, 2010; LUGONES, 2007), especificamente com a finalidade de manter os sistemas estruturados da hegemonia colonial brasileira – seja na cultura ou nos arranjos que sustentam as elites herdeiras das práticas eurocêntricas de subjugação, expropriação e subordinação, seja no cotidiano, com a inculcação de valores que repetem as diferenças coloniais de hierarquias raciais, de sexismos, fobias e pânicos morais nas crenças pessoais, nas relações de trabalho, nas instituições, nos papéis sexo-gendrados, nas representações e discursos culturais, etc.

Num governo que visa acabar com as aquisições culturais, políticas e sociais dos últimos 30 anos e manter a razão colonial, o Ministério da Mulher é responsável por coordenar políticas e diretrizes relacionadas à promoção dos direitos humanos, inclusive, em frentes referentes às questões de gênero, sexualidade e diversidade sexual e cultural. Está composto por órgãos colegiados, como os Conselhos Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, da Mulher, de Prevenção e Combate à tortura; e, por frentes executivas como a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), atualmente enfraquecida pela política bolsonarista. Como se observa, a pasta deve (ou deveria) atuar em assuntos relacionados aos direitos da mulher, da família, da criança e da adolescente, de pessoas com deficiência, indígenas, idosas e de outras minorias sociais; entretanto, evidencia-se o apagamento das políticas de direitos de grupos LGBT, por exemplo, já no organograma do Ministério¹⁰, com a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, de acordo com o disposto no Decreto n.º 9.883/2019 (BRASIL, 2019), responsável por minar o papel deliberativo de conselheiras LGBT e por enquadrar posições fóbicas em categorias genéricas de discriminação e intolerância.

Desde sua posse, portanto, as ações e discursos da ministra Damares contrariam a necessidade de intensificação das pautas pela diversidade, pela defesa, proteção e

¹⁰ O organograma disponível em: < <https://bityli.com/Ev0r5>>.

ampliação dos direitos das minorias; restringem-se a promover o apagamento e o desagendamento dessas pautas, inclusive atuando contrariamente às prerrogativas fundamentais de um Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, com a adoção de posturas ultraconservadoras.

Em relação ao papel da mulher na sociedade, eis o funcionamento de álibi configurado por Damares: em diversos momentos de propagação de discursos públicos, frases proferidas pela ministra reafirmaram a sujeição e/ou submissão das mulheres às estruturas de uma sociedade masculinista, sexista e misógina. Já se pronunciou enunciando dizeres como: “Mulher nasce para ser mãe, infelizmente tem que ir para mercado de trabalho”; “Me preocupo com a ausência da mulher de casa. Hoje, a mulher tem estado muito fora de casa. Costumo brincar como eu gostaria de estar em casa toda a tarde, numa rede, e meu marido ralando muito, muito, muito para me sustentar e me encher de joias e presentes. Esse seria o padrão ideal da sociedade¹¹”. Tais frases congregam uma pedagogia do ser mulher e evidenciam processos de ressignificação feminina nos quais se ajuntam casamento, maternidade e o cuidado da casa a atividades compatíveis com as funções sociais da mulher num contexto de dominação hegemônica patriarcal-colonialista-capitalista. Apesar de seu posto público e da importância na vida política e econômica do país, ela sempre recobra a esfera privada da domesticidade e da reprodução.

Damara Alves também afirmou por várias vezes que o “Estado é laico, mas a ministra é terrivelmente cristã”, indeterminando a laicidade e os limites da intervenção privada (igrejas, famílias) na esfera pública. E mais: em consonância com sua pauta moralista, endossou que acabará com o abuso da doutrinação ideológica de gênero, proferindo o reforço da conjugabilidade, o casamento heteronormativo, a divisão generificada de meninos e meninas em príncipes e princesas de azul e rosa, entre outros. Nesse sentido, a Ministra busca manter a normatividade excludente e legitimar as relações de poder hierarquizadas, interiorizando funções correspondentes ao exercício de feminilidades e masculinidades hegemônicas e obliterando feminilidades, masculinidades diferenciadas e/ou mesmo as transgeneridades e as dissidências do sistema sexo/gênero. Por efeito, “a naturalização dessas diferenças [...] não é apenas a base da exclusão e/ou subordinação, mas ela também estabelece as bases da consciência

¹¹ Demais declarações: <<https://bitly.com/IMKtZ>>.

e da agenda social (NAVAZ, 2008, p. 37, tradução nossa). Logo, é também perceptível que a ministra congregate

uma certa misoginia internalizada - uma rejeição ou ódio intrínseco a padrões de feminilidade que difiram do seu, como pode se identificar na frase 'as feministas são feias e nós (evangélicas) somos lindas'. Tal misoginia internalizada também é patente na prorrogação de um ideário que prega que a mulher - costela criada para dar suporte ao homem - deva ser subserviente e submissa a este (MARANHÃO F^o.; DE FRANCO, 2019, p. 317).

O ódio às mulheres (e ao feminismo) e o rechaço às diferenças e àquelas que não comungam do mesmo pensamento ou não se alinham às políticas de governo representam, portanto, as intenções subsumidas numa série de discursos fundamentalistas e fascistas que perpetuam posturas reativas e subjagam aquelas que fogem à padronização cultural. A própria defesa de Damares em prol do Estatuto do Nascituro – projeto que nega o direito das mulheres ao aborto seguro – com sugestões de fornecimento de bolsas àquelas que engravidarem após estupros ou de perseguições punitivas e confisco de direito e atendimento médico, caso optarem pela interrupção da gestação, é um emblema dessas subjugações. A intervenção para impedir o aborto legal (garantido constitucionalmente em caso desse tipo de violação) de uma menina capixaba estuprada pelo tio, exemplifica, no plano da ação, aquilo que tentamos elucidar.

O caso veio à baila em agosto de 2020, quando a vítima de 10 anos deu entrada no hospital de São Mateus (ES) para a interrupção da gravidez de 22 semanas, após decisão proclamada pela Justiça e autorizada pela Vara da Infância e da Juventude. O fato foi politizado por Damares e grupos religiosos com protestos evocando a ordem divina e a evolução da gravidez, ainda que houvesse riscos à vida da menina.

Damares operou um esquema por meio de diversas reuniões e encaminhamentos propostos a ministérios de igrejas, congregações evangélicas e católicas e grupos empresariais específicos¹², como clínicas de acompanhamento e gestação, que tentaram pressionar e coagir as responsáveis pelo acompanhamento da vítima, visando barrar os procedimentos cirúrgicos e desmobilizar as sanções previstas no Código Penal Brasileiro relativas a aborto legal de gravidez após estupro, com argumentos de acompanhamento pré-natal, planos de saúde, atendimento psicológico religioso e de oferta de melhores condições de vida à família envolvida. O nome da menina foi ainda exposto pela

¹² Informações em: < <https://bit.ly/2Ofvkht> >.

bolsonarista Sara Giromini, vulgo Sara Winter, ex-militante do Grupo *Femen* Brasil¹³ e atualmente ativista antiaborto, e por Pedro Teodoro dos Santos, coligado ao Partido Social Liberal, partido anterior de Bolsonaro, o que congregou a mobilização de pessoas pró e contra a continuidade da gestação. A interrupção foi realizada após a remoção da menina para o Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), no Recife, estando a criança e a avó responsável amparadas pelo Programa Nacional de Proteção à Testemunha, visando à garantia de suas integridades físicas, emocionais e psicológicas.

Certamente não nos ateremos a todas as ações de Damares que fazem uso de tramoias e farsas como expressões políticas e como táticas cínicas de governo. Embora ela continue alegando agir em defesa dos direitos das mulheres e em conformidade com seu alinhamento a Bolsonaro, o caso do aborto legal acima descrito demonstra bem como o confisco do corpo feminino (FEDERICI, 2017) é essencial para a consolidação do modo de produção patriarcal-colonialista-capitalista e para a desvalorização da luta das mulheres por seus direitos reprodutivos e por alternativas de relacionamento social e político.

A atuação burlesca da ministra segue sendo exemplo de como as mulheres defensoras da bandeira bolsonarista são levadas a assumirem o papel de álibis e porta-vozes do poder masculino, mesmo que isso signifique a invisibilidade e a perda de direitos conquistados por meio de duras batalhas sociais, em tempos nos quais os feminismos possuem centralidade e importância cultural nesses debates. Essa performance de Damares já levou Ivone Gerbara a compará-la com a figura palaciana de ‘boba da corte’, pois

chegamos muitas vezes a duvidar de que fala a partir de suas próprias convicções e que raciocina de forma realista diante dos muitos problemas das mulheres brasileiras. [...] Temos a sensação de que foi posta no cargo de ministra com uma função especial própria aos antigos reinados, função agora já esquecida e quase inexistente. Trata-se da função do ‘bobo da corte’ agora reativada e infelizmente representada por uma mulher. [...] E isso já é sinal de decréscimo ou crescimento para alguns nas funções femininas conforme as interpretações. O governo Bolsonaro teve a façanha de realizar a inversão de uma história antiga transformando algumas mulheres em bobas acrílicas da corte (GERBARA, 2019, s/p).

No entanto, acreditamos que para além do apelo matreiro, que serve menos para criar uma cortina de fumaça como se crê no senso comum político e mais para cativar,

¹³ Movimento surgido na Ucrânia e França, em 2008, que visa a abolição total do patriarcado. Há diferenças conflituosas entre as posições ideológicas e ativistas do *Femen* e as pautas defendidas pelas diferentes correntes feministas.

dissimular, criar estratégias e convencer, Damares tem se tornado uma articulista fundamental na base cristã (especialmente evangélica) e ideológica do governo para o desmantelamento de políticas públicas, como também para a propagação das assimetrias de gênero. Bolsonaro entregou-lhe publicamente o poder de uma pasta estratégica e significativa para o respeito à diversidade e às diferenças no país. Damares, portanto, não se esquivava de seu poder político e não se incomoda com suas declarações e posturas patéticas, alienadas ou ilógicas. Ao contrário: foi a Ministra de Governo melhor avaliada em 2019, atrás apenas do então Ministro da Justiça Sérgio Moro, e continua a cumprir eficazmente o desagendamento das políticas públicas de direitos sexuais, reprodutivos, do combate à violência de gênero e LGBTfóbicas, das punições em relação aos crimes de tortura e cometidos no período da ditadura civil-militar, entre outras questões reforçadas por seu alinhamento religioso que legitima a cultura conservadora brasileira e naturaliza discursos refratários à emancipação feminina e cidadã das pessoas chamadas pela extrema direita de ameaças.

Em outra linha e sem necessariamente levantar bandeiras ideológicas morais, porém respaldada por interesses colonialistas, capitalistas e patriarcais do agronegócio e do mercado econômico internacional, Tereza Cristina Côrrea da Costa Dias, a responsável pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, desbancou Damares Alves em avaliação realizada por congressistas em 2020¹⁴, projetando-se como a melhor ministra, especificamente em função de sua atuação pragmática com ruralistas e empresárias nacionais e multinacionais. Entre seus desempenhos, é responsável pela manutenção de relações internacionais amistosas entre países com os quais o Brasil possui acordos comerciais de importação, sendo considerada, nos últimos tempos, a chanceler informal do governo Bolsonaro, pois mediou e contornou conflitos criados por declarações ofensivas proferidas pelo próprio presidente e pelo chanceler Ernesto Araújo, como nos casos do alinhamento governamental pró-Israel, conflitante com as exportações e acordos com países árabes, e das ridicularizações a países como China e Índia, parceiros na compra de produtos derivados do agronegócio e da importação de insumos para a produção de vacinas contra o coronavírus na pandemia de Covid-19.

Tereza Cristina “não é a da boba da corte, mas a mulher empresária, aquela que reproduz o modelo patriarcal masculino, que é obediente à ordem capitalista do desenvolvimento sem limites, do crescimento desordenado e por isso tem sucesso”

¹⁴ Detalhes em: <<https://bit.ly/3kWvNRp>>

(GERBARA, 2019, s/p) como mulher álibi e como peça no fortalecimento do bolsonarismo.

Em um vídeo sobre a importância do olhar feminino na política¹⁵ produzido pela Assessoria de Comunicação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ministra defendeu a participação das mulheres em cargos e postos políticos, declarando que

as mulheres têm o direito de preencher até 30% das candidaturas partidárias nas eleições proporcionais. Não é simples para as mulheres, que geralmente exercem dupla jornada de trabalho, mas o olhar feminino, que conhece as demandas das famílias brasileiras, é fundamental para realmente democratizar e trazer a equidade para a política. Sei como as mulheres do campo enfrentam mais dificuldades para ter seu trabalho, suas redes de apoio e os seus direitos reconhecidos. [...] Em todo o país, 19 % dos estabelecimentos rurais já são dirigidos por mulheres. Queremos ver as mulheres do campo com melhor renda, dirigindo tratores, gerenciando fazendas, enfim, se beneficiando da riqueza do agro brasileiro e também participando cada vez mais de todas as esferas da política [...].

Ela pontua o desafio a ser transposto por mulheres e a diferença sexo-gendrada na jornada dupla de trabalho, mas ao mesmo tempo apregoa que a visão política ou profissional na carreira e o alcance equânime na representatividade política passam pelo olhar da cuidadora do lar, da mãe de família, ou seja, promove reiteração das mulheres na figura da mulher que sempre gerirá a casa. Além do mais, universaliza mulheres em ocupação de dirigentes em postos de trabalho, de propriedades e de benefícios sustentados pelo agronegócio, como se todas fossem empresárias do setor, proprietárias rurais e não estivessem sequestradas como mão de obra para os trabalhos extenuantes e/ou análogos à escravidão nas monoculturas do campo.

Embora se esforce para manter-se fiel ao ideário de valorização das mulheres da zona rural e suas projeções na representatividade em todas as esferas, em suas posturas e ações, a ministra tem se coadunado com o sufocamento da agricultura de base familiar, a qual encontra em mulheres o elo para a articulação social e para a educação do grupo campestre, para a produção, consumo e troca de produtos advindos das lavouras, das horticulturas, da criação de aves e animais e das atividades pecuaristas sustentáveis que movimentam o mercado interno, o pequeno abastecimento e a alimentação de demais grupos sociais ligados à cadeia produtiva do agro familiar. No que concerne às performances generificadas, é a mulher do campo a responsável pela confrontação da oposição masculino-feminino marcada pela divisão sexual do trabalho em grupos agricultores que definem, segundo Rosa Medeiros e Eduardo Ribeiro (2011), a

¹⁵ Vídeo na íntegra: <<https://bitly.com/5xGv5>>.

correspondência feminina às atividades de reprodução social da família e masculiniza a função de provedor das necessidades materiais e cultivador da terra.

Quando a camponesa e outras minorias se movimentam e se fortalecem em suas reivindicações e direitos em prol da vida rural, as ordens mercantil e patriarcal do poder se desestabilizam. Nesse sentido, as mulheres do campo são também argumentos a serem considerados na viabilização da reforma agrária. Todavia, essa vertente foi um dos campos mais feridos por Tereza Cristina e Bolsonaro, conforme se observa, a saber, na aprovação do Decreto n.º 10.252/2020 (BRASIL, 2020), responsável por alterar significativamente a estrutura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e extinguir programas de acesso a direitos de populações de assentados, quilombolas e comunidades extrativistas, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e o Programa Terra Sol. A extinção do Pronea acarreta danos irreparáveis para a sociedade brasileira; para balizarmos sua importância, basta evidenciar que até 2018 o programa atendeu 167 mil alunos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, formou 5.300 pessoas em cursos superiores e 9 mil alunos advindos do campo no ensino médio¹⁶. Nenhuma política pública até o momento foi anunciada pela ministra a fim de suprir o programa.

A propósito, documentos destinados ao Incra desde 2019 determinaram a interrupção da compra e demarcação de terras para a criação de assentamentos rurais e para o acolhimento de famílias de comunidades tradicionais camponesas ou de povos originários e suas descendentes. Mais de 413 ações de reforma agrária foram barradas sob a alegação de falta de recursos no orçamento da união, enquanto créditos em financiamentos rurais são facilitados e dívidas de grandes ruralistas são negociadas e/ou perdoadas com o endosso de Tereza Cristina.

Em outra questão polêmica – a da liberação de agrotóxicos, a ministra alinha-se a favor da legalização de uma série de pesticidas, fertilizantes e defensivos agrícolas rigorosamente regulados ou banidos em muitos países do mundo, inclusive de alguns importadores de grãos e carne do Brasil. Ela alega que os produtos não colocam em risco a vida das consumidoras brasileiras e que o registro dos agroquímicos ajudam a prosperar a agricultura com pouca ou nenhuma toxicidade para terras rurais, ecossistemas e animais. O fato é que, em sua gestão à frente do Ministério da Agricultura nesses últimos dois

¹⁶ Mais informações: <<https://bit.ly/3ejtGpz>>

anos, a liberação de pesticidas tem batido recordes cada vez mais crescentes¹⁷, perfazendo o maior índice de liberação/documentação registrado desde que o Ministério começou a compilar os dados em 2000.

Não é sem razão que Tereza Cristina ganhou alcunhas como ‘menina veneno’ e ‘madame do desmatamento’, pois se empenha em flexibilizar o Código Florestal e a abertura de áreas de cultivos em unidades de conservação, como também as regras para o consumo de produtos tóxicos, beneficiando, logicamente, as multinacionais produtoras e o ruralismo em expansão pelos biomas e reservas naturais do país. Nessa sanha e desprezando impactos, o controle biológico de pragas e a agricultura orgânica, ela aloca o Brasil como um dos líderes no uso de insumos potencialmente danosos ou cancerígenos e na perda da cobertura vegetal original.

De toda maneira, essa desvalorização ambiental, o desprezo pelas mulheres e minorias trabalhadoras e a exploração de territórios visando essencialmente lucro são bases produtoras de cartografias abissais, pois reproduzem um modelo perverso de administração, não necessariamente por sua divisão político-administrativa, importante em muitos aspectos, mas pela concentração de investimentos e/ou pela intensiva exploração de seus recursos naturais e humanos sem a menor valorização de povos, vidas e territorialidades (CERQUEIRA-NETO, 2017), o que facilita a geração de diferenças, subordinação e de mesmas linhas abissais nos territórios ocupados por comunidades subjugadas e em seus saberes.

Em um país marcado pela desmemoriação da história e pelos impedimentos do acesso feminino aos poderes públicos, a atuação política de álibis, como Tereza Cristina, representa o “o ideal da mulher forte que conquista espaços nas políticas masculinas tornando-se uma com eles” (GERBARA, 2019, s/p). Diferentemente de Dilma, por exemplo, constantemente desmoralizada por sua postura austera e pragmática (atributos masculinos em nossa sociedade), por seu desempenho como gestora pública em cargos destinados a homens, por suas roupas, cabelos, carisma ou inteligência que não performavam a feminilidade da ‘bela, recatada e do lar’, ou seja, Dilma foi aquela que não se dobrou aos homens do poder.

Quando o ideal da mulher forte é utilizado como álibi para o masculinismo ou para a lógica econômica, além da sujeição às estruturas abissais de poder (econômica, política e patriarcal) e do rebaixamento aos sistemas dominantes, ele também funciona

¹⁷ Fonte: <<https://glo.bo/3kTmVMC>>.

contribuindo para a produção de manipulações acerca dos reais interesses agregados à política de governo. Afinal, ao lado de Damares, Tereza Cristina é “cúmplice e contraponto” (GERBARA, 2019, s/p) no controle da atenção pública para que demais medidas pretendidas por Bolsonaro e Paulo Guedes proclamem as privatizações das estatais, tomem de assalto o país com a agenda neoliberalizante e continuem ‘passando a boiada’ dos enxugamentos, do Estado mínimo e do desagendamento social. Quando essas coisas avançam, mulheres e demais grupos sociais minoritários são convocadas a voltar para casa, para o armário ou para a invisibilidade social.

Nesse processo, portanto, as atuações das ministras favorecem: de um lado, a instauração de uma produção discursiva focalizada nas diferenças subjacentes ao processo histórico do país que, por sua vez, povoa o imaginário social com pânico morais em relação à destruição da família ou da ordem judaico-cristã ocidental a naturalizar estigmas; por outro ângulo, o contraponto no sustento de posições mais discretas e mantenedoras das noções de sujeição a papéis específicos, na defesa de interesses e necessidades do mercado e das relações internacionais favorecedoras de explorações¹⁸.

A nosso ver, as duas álibis de Bolsonaro não representam efetivamente nenhuma das pautas específicas das mulheres em suas multiplicidades e clivagens sociais, tampouco se importam com os índices de violência sexual no Brasil (urbanas, rurais, cisgêneras, transgêneras, violações e assédios de toda espécie, etc.). Esse descaso pode ser assinalado: a) pela publicação da Portaria n.º 457/2021 do Ministério da Mulher (BRASIL, 2021), instituindo um grupo de trabalho exclusivamente governamental para a avaliação da Política Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o que mina e extingue a participação da sociedade civil em questões de interesses coletivos e sociais e desmantela a política contra crimes de tortura; e, b) com a postura do Brasil à frente dos Direitos Humanos na ONU, particularmente com omissões de dados, mascaramento da realidade do país nas políticas públicas para mulheres, LGBT, para a diversidade cultural e, recentemente, em relação ao enfrentamento à pandemia de Covid-19, alinhando-se, em termos de perseguição de direitos para minorias, a países como Paquistão, Arábia Saudita e Iraque e suas retaliações à saúde sexual, reprodutiva e à educação para os corpos, os gêneros e as sexualidades.

A força álibi dessas mulheres se avoluma quando o presidente lhes garante poder e dominação. Bolsonaro, ao ser interpelado acerca da representatividade feminina em seu

¹⁸ Consultar: < <https://bit.ly/3c53qMQ>>.

governo, disse, certa vez, que o número de ministros e ministras estava plenamente equilibrado, pois Damares e Tereza Cristina equivaleriam a dez homens (20 cadeiras ministeriais são ocupadas por homens¹⁹). Na mesma fala, ignorou responsabilidades sobre índices de violência, desigualdades, trabalho feminino, recalitrando que mulheres edificam o lar e a nação, são as celas da sociedade, as condutoras do destino, e que não é possível política séria sem uma mulher obediente ao lado do homem, logo, uma mulher dominada.

Embora nem toda dominação implique numa exploração, é importante atentarmos para o fato de que a dominação é a condição *sine qua non* de todo o poder (QUIJANO, 2010). Assim, a dominação é uma velha constante histórica no Brasil reforçada por esse imaginário mitológico e patriarcal sobre mulheres subservientes.

Nas investidas direito-extremistas, a produção desse imaginário é fundamental para a manutenção da subjugação, seja na constituição do discurso da ideologia de gênero ou nos discursos econômicos de austeridade fiscal (a exemplo, os ataques aos direitos de servidoras na reforma previdenciária e trabalhista), de abertura das terras indígenas à mineração, de descaso ambiental, de naturalização das violências sociais, do endosso da mulher boazinha. É justamente a naturalização mitológica das categorias básicas da exploração/opressão o instrumento de poder para se equivaler sexo a gênero, para subordinar as corporalidades, para equivaler economia com exploração em relações totalmente assimétricas (QUIJANO, 2010; LUGONES, 2007), a exemplo: a produção do gênero como idêntico ao sexo, a dessexualização ou a hipersexualização das mulheres, o domínio patriarcal sobre os corpos, os sequestros dos trabalhos e da produção, entre outras questões.

Compreendemos que essas questões se sistematizam assim porque há linhas abissais “que separam o mundo humano do mundo subumano, de tal modo que princípios de humanidade não são postos em causa por práticas desumanas” (SANTOS, 2007, p. 76), e há a reprodução dos abismos por pessoas que se entendem do lado aliado aos interesses coloniais-capitalísticos do neoliberalismo, que nos tomam por mercadorias, apregoam o sucesso individual, fortalecem-se em termos de teologias de prosperidade e de sustentos reacionários. Portanto, quando temos o uso de mulheres e minorias capturadas ou aliadas a esses domínios, as linhas abissais são sutilmente movimentadas

¹⁹ Referência aos dois primeiros anos da Gestão Bolsonaro. A partir do terceiro ano e, em particular, no período que antecede as eleições gerais de 2022, o quadro ministerial tem se modificado devido às trocas e interesses políticos, tornando-se ainda mais masculinista e com apenas uma cadeira ocupada por mulher.

para tratar a álibi, que fica do lado social visível, como o parâmetro universal, enquanto outras ficam à mercê da subalternização. Assim sendo,

[...] quanto mais preto for, quanto mais feminino, quanto mais pobre, mais se lhe agregará peso no fardo a carregar e mais se lhe apartará para o outro lado da linha abissal. [...] Estes, condenados a não pertencer a território nenhum, são um conjunto enorme de corpos e almas nômadas, deambulantes, sem casa. São territórios-corpo sem territórios! São eles camponeses e camponesas vulnerabilizados e desterrados, ativistas sociais e políticos perseguidos, refugiados expulsos e aterrorizados, trabalhadores explorados, mulheres oprimidas, homossexuais, transsexuais ridicularizados, e a lista é extensa (MONJANE, 2019, p. 30).

Nessa polarização, são as reiterações coloniais que continuam a perpetuar as mesmas linhas segregatórias, excludentes, misóginas e fóbicas de feminilidades e masculinidades interpeladas para corresponderem a um padrão ideal, original, sem o qual a descrição minuciosa de um pertencimento hegemônico não dá conta de se repetir (SEGATO, 2019).

A questão dessa superioridade é pulsante em outras mulheres, como: a) a primeira dama Michelle Bolsonaro (seguindo a cartilha de sua antecessora, Marcela Temer, esposa do ex-presidente Michel Temer e emblema da mulher bela, recatada e do lar); b) a atriz e ex-secretária nacional de Cultura Regina Duarte (de namoradinha do Brasil a noiva de Bolsonaro por ocasião do convite para ocupar a pasta cultural), com suas expressões esdrúxulas sobre as mulheres carregadas de naturalizações binárias e reacionárias e com seu alinhamento à tortura, ao fascismo e ao genocídio populacional; c) as deputadas federais Carla Zambelli, Bia Kicis e Joice Hasselmann (defensoras ferrenhas do combate à ideologia de gênero e da perseguição aos direitos reprodutivos); d) a secretária da família e braço direito de Damares Alves no Ministério da Mulher, a jurista Angela Gandra, conhecida por sua ligação com o prelado católico *Opus Dei* e defensora de pautas neoconservadoras; e, e) a deputada estadual de Santa Catarina Ana Caroline Campagnolo e seu alinhamento ao Escola sem Partido. Todas essas são exemplos de ideários de feminilidade ora forjados no imaginário colonial de domesticação, subserviência, docilização da mulher e barramento dos gêneros, ora atrelados às ações de magnatas e corporações econômicas e políticas contrárias às leis assistenciais.

Uma das investidas patriarcalistas recentes foi a apresentação do PL n.º 4213/2020, pela deputada Caroline de Toni (PSL-SC), para alterar a Lei de Cotas (Lei n.º 9.504/97), extinguindo a reserva mínima de 30% das vagas para mulheres nas candidaturas para mandatos eletivos preenchidos pelo sistema proporcional. Tal postura

desconsidera a conquista histórica e como os partidos perpetuam discriminações de gênero nas suas instâncias. Entre as justificativas para a proposta, há o fato de que “infelizmente apenas uma parcela muito pequena das mulheres de fato, se interessa por desenvolver atividade político-partidária [...]”²⁰, logo, há uma reafirmação equivocada do interesse das mulheres na ocupação de espaços públicos, sobretudo em esferas da política. É importante destacar outra característica álibi na proposição: a deputada não questiona o irrisório investimento dos partidos em formação e capacitação de mulheres para o sistema político, portanto, ela endossa, uma vez mais, a perspectiva da domesticidade como traço definidor da atuação das mesmas.

Por fim, o colonialismo é uma relação extremamente desigual de saber-poder que se perpetua na subalternidade, na desconsideração de saberes e posições sociais, na perspectiva da produção moderna, cristã e ocidental do mundo, nas lógicas econômicas de espoliação dos recursos, dos trabalhos e dos corpos responsáveis por intensificar ainda mais as diferenças políticas cisheteropatriarcais no capitalismo (SANTOS; MENESES, 2009). Essas questões, conforme tentamos demonstrar nas figuras e discursividades praticadas pelas mulheres assinaladas neste trabalho, são mais pungentes quando não se desestabiliza o papel subalterno das mulheres nas relações sociais e políticas, especialmente como se causas e consequências das atuações fossem algo intrínseco ao sexo e à natureza dos corpos femininos (CASTRO, 2019) e não o resultado das inúmeras políticas dominantes às quais nos encontramos submetidas. Dessa feita, os sistemas de opressão generificados acabam sempre por se restringir à percepção de gênero masculinista e, segundo Lugones (2007; 2012), mantendo ficções poderosas que reproduzem as colonialidades do poder, do ser, do saber e do próprio gênero.

A QUESTIONÁVEL PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA

É complexo situar o acesso e a permanência das mulheres aos espaços de poder, sobretudo dentro da política brasileira após as campanhas da primeira metade do século XX e, mais tardiamente, das pautas de redemocratização do país que sucederam ao regime civil-militar, da consolidação da Constituição de 1988 e da configuração de políticas de igualdade e equidade entre os gêneros. Para Flávia Biroli (2018), o Brasil é um dos países

²⁰ Consultar: <<https://bityli.com/P3wJ6>>.

com menores índices de representação feminina na América Latina e no mundo, marcado por problemas de representação política na esfera formal, midiática, trabalhista e pelos arranjos sustentadores da divisão sexual do trabalho, de processos históricos de desigualdades sociais, de discriminações sexistas e da falta de incentivos ao protagonismo / ativismo das brasileiras.

No Brasil, somos campeãs em altos níveis de desigualdade, pobreza, miséria, fome, violência, desemprego, ausência de aparato estatal e de políticas públicas voltadas à contenção da reprodutibilidade de discursos de cunhos machistas, racistas, LGBTfóbicos e sexistas. Grande parte da sociedade congrega as marcas dos alicerces patriarcais, opressivos e colonialistas nos quais fomos estruturadas, e deles advêm opressões generificadas que vetam nossas participações políticas, tornam-nos sujeitas a discursos preconceituosos, limitantes e impeditivos do compartilhamento das diferentes experiências de ser, tornar-se mulher. Em contraste, um grande contingente de mulheres é chefe de família no Brasil e necessita, em primeiro lugar, prover o sustento das filhas²¹. Essa constatação evidencia configurações familiares diferentes da ordem esperada, mas também indica a precarização do gênero feminino a partir da responsabilidade doméstica e do cuidado.

De toda sorte, a divisão dos espaços (público e privado) baseada em modelos antagônicos – nos quais o poder, a ação e as decisões pertencem ao universo dado como masculino – reduz até hoje a participação política de mulheres, reforçando as delimitações sociais, espaços e padrões culturais que cerceiam liberdades. Contribuem para essa divisão, as normativas dos aparatos discursivos e jurídicos de poder (FOUCAULT, 1997; 1988) que garantem a ordem dominante e atuam junto às instituições, saberes, políticas e uma suposta moral para relegar às mulheres certos lugares.

Embora atuantes em épocas e contextos políticos diferenciados desde a fundação do Brasil, a história da participação das mulheres na política é lastreada em dados oficiais tardiamente. São recentes, por exemplo, as iniciativas para a garantia da representatividade feminina, como a Lei n.º 9.100/1995 (BRASIL, 1995), responsável por determinar cota mínima de 20% para as candidaturas de mulheres em cada partido ou em coligações proporcionais nas casas legislativas municipais. Em 1997, após a primeira experiência eleitoral com cotas, a Lei n.º 9.504/1997 estendeu o percentual mínimo de

²¹ Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, publicada pelo IBGE em 2019, 45% dos lares brasileiros têm mulheres como referências da família; 32, 2 milhões de mulheres ocupam a posição de chefe da casa. Ver: <<https://bit.ly/3gs0iem>>.

candidaturas femininas nos partidos ou coligações para 30% e as cotas genericadas passaram a valer para Assembleias Estaduais e para a Câmara dos Deputados (BRASIL, 1997). Essa medida foi endossada pelos dispositivos da Emenda Constitucional n.º 97 (BRASIL, 2017) a fim de evitar que partidos criassem mecanismos de burla legislativa e candidaturas fantasmas em disputas de cargos de vereadoras, deputadas e senadoras.

Apesar de 51,10% da população brasileira corresponder a mulheres, as últimas três eleições (a geral de 2018 e as duas eleições municipais de 2016 e 2020) apontam para percentuais ainda baixos em relação às eleitas.

Em 2016, tivemos a proporção de 13,4% de mulheres eleitas, contra 86,6% de homens. Quando realizamos um recorte interseccional de etnia e raça, observamos que 59% dos cargos foram ocupados por brancas, 4,6% por pretas, 35,6% por pardas, 0,3% por indígenas e 0,5% por amarelas. Nos cargos ocupados por mulheres, o desnível é ainda maior: 63,38% de mulheres brancas, 3,87% de mulheres negras, 31,91% pardas, 0,58% amarelas e 0,26 indígenas. Em 2018, na eleição geral, 72,1% dos cargos foram ocupados por pessoas brancas (69,9%, no caso das mulheres eleitas), 4,3% por pretas (9,09% pretas), 23,4 % por pardas (20,6% pardas) e 0,3% por indígenas.

Um aspecto importante a se considerar, nesse recorte interseccional, é a diminuição de candidatas negras²² quando vemos crescer, no cenário nacional e mundial, uma onda conservadora a legitimar ataques contra minorias raciais e sexuais. São casos constantes de atrocidades, como a morte, por violência policial, de João Pedro Mattos, ou mesmo o descaso com a negritude representada pela tragédia do menino Miguel, no Recife, e de crianças em comunidades pobres país afora. Índices de violência contra mulheres são mais gritantes, porém há subnotificação dos feminicídios e de outras agressões. Nesse tocante, as negras são apontadas como as principais vítimas desses crimes; mais de um terço dos estados não divulgam as informações sobre etnia/cor das vítimas²³, visto que são vidas obliteradas e apagadas no contexto de uma sociedade sexista e colonialista. O problema é que na política contemporânea nem todas contam como sujeito ou como vida enlutável (BUTLER, 2015). Quando se trata, portanto, da vida dessas mulheres, do campo prático da política, do trabalho, das classes sociais, dos processos sociais de racialização, elas também são invisibilizadas e desconsideradas, mesmo nas estatísticas.

²² Ver: <<https://bitly.com/u0pd7>>.

²³ Informações: <<https://bitly.com/u0pd7>>.

Mesmo com 52,5% do eleitorado brasileiro representado por mulheres em 2018, conforme destaque do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2020), obtivemos 31,6% de candidaturas femininas, sendo eleitas apenas 16,2% dos cargos (287 mulheres para 1495 homens eleitos). No caso de governos estaduais, das 27 unidades federativas, somente em uma delas foi eleita uma governadora. Em levantamento realizado pelo Projeto Mulheres Inspiradoras em 2018, o Brasil era lanterna no ranking, com uma atuação feminina em cargos do executivo abaixo da média mundial (161ª posição num ranking de 186 países e atrás de países do continente americano)²⁴.

Quando analisamos a eleição de 2020 (TSE, 2020), constatamos 651 prefeitas eleitas (12,1% dos cargos de prefeito) contra 4.750 homens (87,9%). A representatividade legislativa contemplou 9.196 vereadoras (16%) contra 48.265 vereadores (84%). Em termos de registro considerando o gênero, são 33,6 % de mulheres contra 66,4% de homens. Quanto ao recorte interseccional (raça/etnia), entre as mulheres foram eleitas 59,98% de brancas, 5,03% pretas, 33,32% pardas, 0,49% amarelas e 0,29 indígenas.

Essas estatísticas configuram índices da baixa representatividade feminina na política. Em termos globais, a Organização das Nações Unidas (ONU) aponta o Brasil na 140.ª posição mundial quanto à porcentagem de mulheres nos parlamentos, o que equivale, em termos práticos, à ocupação de 75 cadeiras das 513 disponíveis na Câmara dos Deputados (14,6% é a taxa de mulheres), e a de 11 das 81 disponíveis no Senado (13,6% das Senadores são mulheres). Considerando as mulheres com cargos ministeriais, o Brasil ocupa a 154.ª posição com duas ministras num quadro de 22 ministérios (9,1% apenas)²⁵.

Seguramente, há vários outros fatores para explicar essa baixa ocupação feminina. Biroli (2010) diz existir uma naturalização quanto à exclusão das mulheres na esfera pública brasileira sustentada por argumentos de cunho sexista, como o fato de a política ser um negócio de homens ou o pouco interesse de mulheres por debates políticos, ambos justificados por uma suposta tendência natural à valorização dos aspectos da vida privada, da esfera doméstica e da maternidade.

Essas relações condicionam falas sexistas mesmo entre as mulheres que compõem a política e nela se destacam como álibis de promoção social, ou, ainda, cristalizam ofensas direcionadas àquelas que conseguem adentrar no meio e ultrapassam noções

²⁴ Dados disponíveis em: <<https://bityli.com/VRJOr>>.

²⁵ Ver em: <<https://bityli.com/hveCE>>.

binárias e fixas acerca das performatividades de gênero e dos lugares comumente ocupados por mulheres. A primeira presidenta do país, Dilma Rousseff, a exemplo, sofreu duros ataques advindos de homens e mulheres e insultos misóginos que colocaram em dúvida sua feminilidade, sua capacidade como gestora pública e demonstraram, durante o processo de *impeachment*, a horrível face do machismo à brasileira: uma tônica violenta, autoritária e explícita presente em piadas, discursos, representações culturais, seleções de emprego, postos de trabalho, atitudes e valores que diminuem mulheres em suas inteligências, em suas atuações, em suas jornadas, em seus contextos domésticos e em suas relações com outras mulheres.

A tarefa urgente para reverter tais dados e as posturas misóginas na política, segundo Márcia Tiburi (2016), é politizar as mulheres e a sociedade para que percebam o peso das contradições políticas em suas vidas, entendendo o que significa as mulheres serem, no contexto nacional, uma maioria tratada como minoria, justamente por não deterem o poder ou porque a acessibilidade lhes é dificultada pelas estruturas machistas das corporações, das empresas, dos trabalhos e do poder público.

Enfatizamos que a participação feminina, especialmente de mulheres não brancas, mulheres ligadas às periferias e de mulheres transgêneras, impacta diretamente a formação de agendas temáticas decisórias e as decisões voltadas às necessidades sociais (ALMEIDA; LÜCHMANN; RIBEIRO, 2012). Todavia, a sub-representação feminina alicerça ainda mais as injustiças pela desproporcionalidade representacional.

Na tentativa de reversão desse quadro sub-representacional, as ações afirmativas, como as políticas de cotas, as políticas antiviolação e as campanhas de visibilidades das lutas femininas, buscam o estabelecimento de um maior equilíbrio no plano da representação política (GROSSI; MIGUEL, 2001). No entanto, as medidas compensatórias não têm garantido, com efetividade, a distribuição igualitária e equitativa entre mulheres e homens e entre os seus diferentes marcadores identitários (classe, raça, etnia, etc.).

Isso não significa, contudo, que as mulheres não estejam participando da política. Significa sermos marginalizadas nos espaços públicos em diferentes níveis de acordo com as clivagens sociais estabelecidas e a partir dos lugares ocupados – discursivos, políticos, representacionais, de trabalho, da vida cotidiana, da militância, entre outros. Por outro lado, muitas mulheres resistem e lutam para ocupar os espaços e colocar em pauta discussões democráticas (COMIM, 2019). Estas rechaçam seus usos como álibis ou

desculpas de homens de poder, seja na política institucional ou em movimentos coletivos e organizações sociais das que não conseguem quebrar o cerco partidário e ocupar as cadeiras legislativas.

Além disso, quando se evidenciam os altos cargos (parlamentos, governo de estados, assessoria política, etc.), percebemos uma pequena parcela de mulheres representando, de fato, mulheres e/ou lutando por direitos civis e sociais, pelos direitos sexuais, pela inserção social das transgêneras, pela justiça social às mulheres negras, pelos direitos trabalhistas das empregadas domésticas, pela oferta do Estado em cuidados assistenciais a filhas e famílias, pelas pautas ambientais, pela laicidade política, pelas cotas em partidos e casas parlamentares.

Essa situação torna-se ainda mais crítica no contexto das representações ministeriais no Governo Bolsonaro. Destacam-se, portanto, mulheres que tendem à subserviência política masculinista, ao acatamento das agendas econômicas e à recuperação de dogmas morais que solidificam ainda mais o papel de inferioridade e subserviência destinado a elas e a nós. Elas garantem a reprodução de binarismos e normas fixadoras de lugares sociais e performances de feminilidades num apelo capitalístico/moral que não hesita, cinicamente, em dizer que as desigualdades entre homens e mulheres estão superadas, que as opressões são inventadas e/ou fazem parte de uma bandeira esquerdo-feminista não levantada pelas mulheres de bem.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA ENGAJAMENTOS

As discussões deslocadas aqui objetivaram expor as formas de exploração, opressão e discriminação feminina que se perpetuam em violências e sutilezas, tanto da ordem política, quanto no plano subjetivo das tendências que se disseminam pelas linhas abissais da nossa história.

O Estado brasileiro, ao enfatizar a sua busca por estabilidade política e econômica na dobra do neoliberalismo, assume o papel fundamental na garantia e manutenção da ordem (capitalista-colonial), da liberdade e da igualdade formal (apenas para aquelas que estão do lado visível das linhas de privilégio), além da proteção da propriedade privada e do cumprimento do contrato social às custas de coerções raciais e sexuais, tanto pela constituição de um consenso de que as diferenças são reconhecidas e respeitáveis como

(des)iguais às pessoas superiores (SANTOS, 2020) ou com a promoção de discursos ideológicos que insistem em defender a legitimidade e a arbitrariedade do sistema.

Na lenta consolidação da participação política feminina no Brasil, algumas mulheres inserem-se e se destacam profissionalmente não como potências de representatividade para outras mulheres, mas como escudos, desculpas e álibis dos homens do poder. Tereza Cristina e Damares Alves, congregadas aos sistemas opressivos, mostram em suas atuações que não basta ser mulher (e política) para se ter consciência e lutar contra as posições alinhavadas ao patriarcado-colonialismo-capitalismo instaladas nos diferentes âmbitos sociais, em especial, no poder público. Logo, não é sem propósito que o efeito da criação da mulher bolsonarista, exemplificado pela atuação das Ministras, seja a perda da autonomia, a ridicularização ou a subserviência das demais mulheres em cargos públicos, em postos de chefia ou em posições representativas, já que o campo político da mulher é reduzido e subalternizado como se as casas civis e as questões econômicas do Estado fossem a continuidade da economia doméstica e afetiva administrada pelas mulheres de bem e assentidas pelos homens gestores.

A história da democracia recente no Brasil é constantemente ameaçada por encampadas conservadoras e autoritárias que atingem substancialmente grupos de mulheres ao se configurarem álibis nas construções de retaliações às lutas pelos direitos civis e sociais.

É sobre o papel dessas mulheres álibis que nos atemos quando pensamos na fabricação da relação de diferença que cria a mulher bolsonarista (cidadã de bem) como a antagonista da mulher coligada aos movimentos sociais.

Logo, a outra de nós, mulheres cisgêneras e transgêneras ativistas dos direitos sociais, ainda que mulher, não se sente oprimida pelos machismos, cede aos apelos morais religiosos e ao discurso extremista por medo da destruição da família e descaracterização do feminino, reage negativamente às agendas feministas e compactua com discursos de intolerância, violência e reiteração da subalternidade pelas desigualdades econômicas e sociais, justamente porque se aliena das relações de classe, gênero, etnia, raça, cor e trabalho, reconhece-se como privilegiada, merecedora dos méritos de seu posto e desobrigada de pensar as diferenças estruturais gestadas pelas opressões capitalistas e coloniais.

Valendo-se dos feminismos e das compreensões decoloniais das linhas abissais de desigualdade, é preciso olhar essas mulheres como objetos de análise dessas mesmas

teorias, porém com o intuito de criar uma crítica radical às implicações ideológicas e políticas de suas atuações, oferecendo o contraexemplo e colocando em circulação as ações, ativismos e militâncias de outras mulheres que rejeitaram o uso de suas imagens e atuaram combatendo as opressões de gênero, raça e classe.

Certamente tais questões implicam também articulação política e geocultural na distribuição mundial do trabalho, nas demais relações de gênero e nas relações culturais e intersubjetivas. A luta atual contra a exploração/opressão implica necessariamente o engajamento na luta pela destruição da colonialidade das mulheres e de suas práticas políticas.

Nesse aspecto, avançar, no sentido dos direitos sociais das mulheres, requer mudanças profundas no modo como construímos a nossa sociedade, implicando ampliar as percepções que temos acerca dos lugares de fala, das relações sociais, da produção de subalternidades e do silenciamento às vozes; implica, portanto, questionar, desestabilizar e redefinir estruturas, valores e concepções que servem como base e pilares da organização social vigente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla; LÜCHMANN, Lígia; RIBEIRO, Ednaldo. Associativismo e representação política feminina no Brasil. *Rev. Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 8, p.237-263, mai./ago. 2012.

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 34, p.269-299, jan./jun. 2010.

_____. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda (Orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: Edufba, 2018. p. 75-84.

BRASIL. *Lei Nº 9.100*, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <<https://bityli.com/uQvH5>>. Acesso em 04 fev. 2021.

_____. *Lei Nº 9.504*, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<https://bityli.com/nOm9C>>. Acesso em 04 fev. 2021.

_____. *Emenda Constitucional nº 97*, de 05 de outubro de 2017. Altera a Constituição Federal para vedar as coligações partidárias nas eleições. Disponível em: <<https://bityli.com/s6gyw>>. Acesso em 04 fev. 2021.

_____. *Decreto Nº 10.252*, de 20 de fevereiro de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Incra. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<https://bityli.com/a1vqP>>. Acesso em 04 fev. 2021.

_____. *Decreto Nº 9.883*, de 27 de junho de 2019. Dispõe sobre o Conselho Nacional de combate à discriminação. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <<https://bitly.com/WAKs3>>. Acesso em 04 fev. 2021.

_____. *Portaria Nº 457*, de 10 de fevereiro de 2021. Institui Grupo de Trabalho para realização de Análise Ex Ante da Política Nacional de Direitos Humanos. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <<https://bitly.com/K5sWL>>. Acesso em 04 fev. 2021.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CASTRO, Susana de. O feminismo decolonial. *CULT*. Dossiê Aníbal Quijano, o mundo a partir da América Latina, n. 248, p.30-34, ago. 2019.

CERQUEIRA-NETO, Sebastião P. G. Epistemologias do Sul e a nova geografia: por uma geografia popular no encontro entre Milton Santos e Boaventura de Sousa Santos. *Cronos: Revista da Pós-Grad. em Ciências Sociais*, UFRN, Natal, v. 18, n. 1, p.68-88, jan./jun. 2017.

COMIN, Jaqueline Teodoro. *Mulheres e política institucional em Mato Grosso do Sul: a relação entre o social e o constitucional*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. 178 f.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 13ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Microfísica do Poder*. 11ª. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GERBARA, Ivone. *As mulheres do Governo Bolsonaro prestam um desserviço ao feminismo*. 2019. Disponível em: <<https://bitly.com/h4Jwk>>. Acesso em: 14. Fev. 2021.

GROSSI, Miriam Pillar. MIGUEL, Sonia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 9, p.167-206. 2001.

IBGE. *Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em 13 abr. 20120.

INOCÊNCIO; Adalberto Ferdnando; GALETTI, Camila Carolina Hildebrand. Gênero e neoliberalismo: uma cartografia do lugar da mulher na política brasileira das novas direitas. *Rev. Eletrônica Interações Sociais*, Rio Grande, v. 4, n. 1, p. 62-78, jan./jun. 2020.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, São Paulo, v. 22, n.1, p.186–209. 2007.

_____. *Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples*. Pensando los feminismos en Bolivia: Serie Foros 2. 1ª ed. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación, 2012, p.129-140.

MACHADO-PINHEIRO, Rosana. *Amanhã vai ser maior – o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual*. São Paulo: Planeta, 2019.

MARANHÃO F^o., Eduardo Meinberg de Albuquerque; DE FRANCO, Clarissa. “Menino veste azul e menina, rosa”: Educação Domiciliar e as ideologias de gênero e gênese de Damares Alves, a “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. *Rev. Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, Maringá, v.12, n. 35, p. 297-337, Set./Dez. 2019.

MEDEIROS; Rosa Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 5, n. 1, abr., p. 01-14. 2011.

MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MONJANE, Boaventura. ‘Há uma linha abissal’: reflexões sobre as epistemologias do Sul e a audácia de as cantar. *Rev. Internacional de Filosofia y teoria social: utopía y praxis latino-americana*, Maracaíbo, v. 24, n. 86, p.227-233, jul./set. 2019.

NAVAZ, Liliana Suárez. Colonialismo, gobernabilidad y feminismos poscoloniales. In: NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aída Hernandez. *Descolonizando o feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Universidad de Valencia: Catedra Ediciones, 2008. p.24-68.

QUIJANO. Aníbal. El regreso del futuro y las cuestiones del conocimiento. *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n.61, dez., p. 63-77. 2001.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RUBIN, Gaye. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2^a. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

_____. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p.71-94, nov. 2007.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero – uma categoria útil de análise. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. O tempo na obra de Aníbal Quijano. *CULT. Dossiê Aníbal Quijano, o mundo a partir da América Latina*, n. 248, p.26-30, ago. 2019.

SILVA, Maria do Socorro Borges da. Entre as linhas abissais do pensamento e da formação, pensando práticas de educar em direitos humanos que atravesse o muro das violências e das exclusões. *Linguagens, Educação e Sociedade*, Teresina, v. 22, n. 36, p.104-122, jan./jul. 2017.

SAU, Victoria. *Diccionario ideológico feminista – Vol. I*. Barcelona: Icaria Editorial S/A, 1981.

TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

TSE (Tribunal Superior Eleitoral). *Estatísticas eleitorais*. Disponível em: <<https://bitly.com/KAx0H>>. Acesso em: 2 nov. 2020.

VASQUEZ, Ana Carolina Brandão. Fascismo e o conto de Aia: a misoginia como política de Estado. *Rev. Katál.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 597-606, set./dez. 2019.

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.